

Formação e prática pedagógica do docente da Educação de Jovens e Adultos

CÁSSIA FERNANDA VIANA DOS SANTOS¹

DIÓGENES JOSÉ GUSMÃO COUTINHO²

ANDRÉIA SANTIAGO RESENDE³

ADRIANA VIANA FERRER⁴

Resumo

O presente estudo apresenta uma reflexão sobre a formação necessária do docente alfabetizador para atuar na EJA, uma vez que é uma modalidade diferenciada de ensino que possui particularidades próprias. No desdobramento dessa questão, buscou-se discutir e analisar as práticas pedagógicas utilizadas pelos docentes, a relevância da sua formação continuada e as novas configurações dessa modalidade educativa. Para a construção deste trabalho, realizou-se uma pesquisa de natureza qualitativa, que consiste em analisar e interpretar aspectos muito particulares. Utilizamos para coleta dos dados um questionário, que nos permitiu conhecer a visão dos participantes acerca do tema. Os sujeitos desta pesquisa são educadores da modalidade de EJA que ensinam em escolas públicas e privadas do Recife. Os resultados foram analisados por meio de categorias criadas a partir das respostas dos participantes, nas quais eles revelaram que não possuíam uma formação específica para atuar na EJA.

Palavras-chave: Prática pedagógica. Formação de professores. EJA.

Training and pedagogical practice for teachers of Youth and Adult Education

Abstract

This study presents a reflection on the necessary training of the literacy teacher to work at EJA, since it is a different type of teaching that has its own particularities. In

the unfolding of this issue, we sought to discuss and analyze the pedagogical practices used by teachers, the relevance of their continuing education and the new configurations of this educational modality. For the construction of this work, a qualitative research was carried out, as it consists of analyzing and interpreting very particular aspects. We used the questionnaire to collect data, which allows us to know the view of the participants on the topic. The subjects of this research are educators of the Youth and Adult Education modality that teach in public and private schools in Recife. The results were analyzed using categories created from the participants' responses, in which they revealed that they do not have a specific training to work at EJA.

Keywords: Pedagogical practice. Teacher education. EJA.

Formación pedagógica y práctica docente de la Educación de Jóvenes y Adultos

Resumen

El presente estudio presenta una reflexión sobre la formación necesaria del docente alfabetizador para actuar en la EJA, una vez que, es una modalidad diferenciada de enseñanza que poseen particularidades propias. En el desdoblamiento de esta cuestión, se buscó discutir y analizar las prácticas pedagógicas utilizadas por los docentes, la relevancia de su formación continuada y las nuevas configuraciones de esta modalidad educativa. Para la construcción de ese trabajo se realizó una investigación de naturaleza cualitativa, pues consiste en analizar e interpretar aspectos muy particulares. Utilizamos para recopilar los datos, cuestionario que nos permite conocer la visión de los participantes acerca del tema. Los sujetos de esta investigación son educadores de la modalidad de Educación de Jóvenes y Adultos que enseñan en escuelas públicas y privadas de Recife. Los resultados fueron analizados por medio de categorías creadas a partir de las respuestas de los participantes, en el cual ellos revelaron que no poseen una formación específica para actuar en la EJA. Palabras clave: Práctica pedagógica. Formación de professores. EJA.

Introdução

Diante de toda complexidade social, os desafios que o docente encontra na atuação no ensino de jovens e adultos é de suma importância para reflexão sobre essa prática, a forma de abordagem e os métodos utilizados para alfabetizar. Tal prática exige do professor qualificação específica para atuar nessa modalidade, pois o contexto histórico desses alunos foi e é fundamentado sobre um caminho de negação de seus direitos.

Este presente trabalho nos despertou o interesse a partir de teorias estudadas em sala de aula e no estágio curricular não obrigatório, o que nos fez refletir e questionar sobre as práticas pedagógicas dos docentes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), se elas se concretizam na realidade para um ensino significativo na aprendizagem dos alunos. Iremos refletir sobre a importância da formação e das práticas dos docentes da EJA, além de analisar essas práticas pedagógicas, descrever os métodos utilizados pelos professores e identificar qual é a formação dos docentes da EJA para a efetivação e o sucesso da alfabetização dos seus educandos.

A questão envolvida gera questionamentos, responsabilidade e compromisso do educadores para com esses educandos. Esses docentes possuem a formação necessária para atuar nessa modalidade com práticas pedagógicas pautadas na realidade e no conhecimento essencial para a aprendizagem do aluno da EJA? Ou essas práticas estão pautadas somente em transmitir conhecimentos, e não em educar? É preciso entender que o termo “transmissor” difere do termo “educador”. Toda e qualquer pessoa pode transmitir seus conhecimentos científicos adquiridos por meios de estudos, preparo acadêmico, teorias e fundamentações teóricas, porém, para ser educador, exige-se um olhar diferenciado sobre o indivíduo que vai ser educado, como cita Estrela (1997, p. 29):

Ao contrário do que se pensa, que ser professor é fácil e qualquer um pode fazer, principalmente na Educação de Jovens e Adultos, sustentamos que esta profissão é altamente complexa e especializada, não só quanto ao seu saber profissional específico e à forma como é avaliada no seu processo de formação.

No caso da EJA, cabe ao educador ser consciente da importância de sua prática, valorizar suas experiências, conhecer a trajetória de vida desses alunos, oferecer um ensino que traga significado para vivência, com recursos e métodos apropriados para a idade deles, pois os adultos não podem ser comparados com as crianças, como se suas histórias de vida ainda estivessem começando. Existe todo um caminho que já foi trilhado, e toda essa caminhada e vivência devem ser consideradas para contribuição de aprendizado desses alunos.

Toda essa investigação é de grande contribuição e relevância para uma reflexão sobre o fazer pedagógico, a diferença e o impacto que pro-

duz na vida do alfabetizando da EJA, quando a prática do docente é voltada para a realidade e as necessidades dos educandos. Essa prática deve ser intencional e emancipadora, proporcionando transformações nos sujeitos a quem essa educação se destina, libertando-os da desigualdade e do preconceito da sociedade que os qualifica como indivíduos marginalizados e de pouca contribuição, fazendo-os sentirem-se inferiores, envergonhados e desrespeitados em seus direitos.

Mediante uma prática humanizada e compromissada, o alfabetizador torna possível o resgate e a inserção desse indivíduo na sociedade, dando-o dignidade e respeito, possibilitando o desenvolvimento do pensamento cognitivo, não somente no avanço da escrita e leitura de mundo, mas fazendo a mediação necessária para que esse educando seja sujeito de sua história e da história da coletividade.

Ao focar a prática dos educadores da EJA, pode-se reconhecer o quanto prejudicial ela se torna se tratada de forma improvisada, descompromissada e empobrecida pelo educador, o qual deve se qualificar para tal exercício, visando ao reparo de possíveis brechas que ainda precisam ser ajustadas. Sendo assim, a formação inicial não é suficiente para garantir a excelência da função, e sim por meio da constante busca pelo aprimoramento de sua prática pedagógica, abrangendo também a formação continuada, a prática do cotidiano, as interações do professor com os alunos e as trocas de experiências com o corpo docente.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Lei nº 9.394/1996, no seu segundo parágrafo, do art. 1º, preconiza: “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (BRASIL, 1996, s/p). Nesse sentido e entre outros objetivos, o que também deve nortear a educação da EJA não é somente oferecer vagas para suprir a escolaridade perdida (função reparadora), conforme o art. 37 da LDB, que afirma: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (BRASIL, 1996, s/p). Portanto, a lei garante essa oportunidade a todos que não tiveram acesso aos estudos ou não puderam dar continuidade a eles, produzindo as condições necessárias para que o cidadão esteja preparado para interagir e, por meios próprios, buscar melhorias na qualidade de vida, adaptando-se às transformações constantes do mundo moderno.

A EJA, como Educação Popular, foi criada para minimizar o problema da exclusão social, com a preocupação de garantir o acesso e a con-

tinuidade aos estudos àqueles que não tiveram a oportunidade em idade própria, além de promover a igualdade entre os homens e mulheres para enfrentar o processo de transformações socioeconômicas e culturais vivenciadas a partir das últimas décadas do século XX.

Pensamos que este trabalho não pode nem deve se esgotar apenas na oferta de vagas e garantia de acesso e continuidade aos estudos, como prevê a Lei nº 9.394/96, já que o fundamental é proporcionar ensino comprometido com a qualidade e que, preparado efetivamente, o aluno possa ser inserido no meio social.

Metodologia

A pesquisa foi realizada em uma escola municipal com a modalidade da EJA, localizada no bairro Casa Amarela de Recife/PE e no SESC de Santo Amaro/PE.

São escolas que têm objetivos comuns, oferecem o ensino na modalidade da EJA e que estão no mercado há mais de dez anos. A proposta pedagógica adotada nessas escolas é a socioconstrutivista, em que o aluno é sujeito do conhecimento. Esta pesquisa foi exclusivamente realizada com os docentes alfabetizadores da EJA das referidas escolas.

O estudo desenvolvido compreende elementos da pesquisa de campo, a qual é de cunho qualitativo e busca interpretar e atribuir significados aos fenômenos encontrados. De acordo com Bogdan (1998, p. 48), “os dados qualitativos tendem a analisar de forma indutiva por que os dados estão abertos e vão tornando-se fechados e específicos ao extremo para percebemos quais as questões mais importantes da pesquisa”.

Participaram desta pesquisa cinco professores de cada escola, todos com formação superior; entretanto, desse total, selecionaram-se apenas três de uma escola e dois de outra para interpretação e discussão dos dados obtidos por meio dos questionários. Sujeitos da pesquisa com respostas vagas que não contemplavam os objetivos de investigação deste estudo foram excluídos.

A escolha dos sujeitos participantes da pesquisa não se deu de forma aleatória, mas seguindo um critério de inclusão: professores alfabetizadores das séries iniciais da EJA que lecionavam na rede pública e privada de ensino.

Primeiro, realizou-se um contato prévio com os docentes para tratar dos objetivos da pesquisa e da estratégia para o recolhimento dos dados. O

questionário foi respondido pelos participantes livremente utilizando sua própria linguagem e opiniões, sem nenhuma interferência e sem a presença das pesquisadoras.

O instrumento metodológico utilizado para coleta de informações foi o questionário descritivo contendo questões objetivas e subjetivas, as quais, posteriormente, foram analisadas por meio da análise de conteúdo.

As questões abertas permitem que os participantes expressem livremente seu pensamento e suas ideias e sentimento. Já as questões fechadas requerem uma resposta específica.

Esse tipo de pergunta facilita o trabalho do pesquisador em analisar os dados, pois as respostas são diretas e objetivas (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2007).

Usamos como método para analisar os dados o conceito de análise de conteúdo de Bardin (2011). Trata-se de

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens (BARDIN, 2011 p.42).

De acordo com Bardin (2011), a análise de conteúdo abrange três fases: a pré-análise, que é a ordenação do material; a descrição analítica embasada pelo referencial teórico; e a classificação categorizada das respostas dos participantes.

Seguindo as etapas sugeridas por Bardin (2011), iniciou-se a leitura dos materiais coletados por meio dos questionários aplicados, no sentido de obter as primeiras inferências acerca das respostas com a aplicação desse instrumento.

Fundamentação teórica

Breve histórico da trajetória da EJA no Brasil

O nome Educação de Jovens e Adultos é novo no país, apesar de a prática com a formação do sujeito existir desde o início da colonização do país. Segundo Ribeiro (2001), só a partir da Revolução de 1930 houve uma

maior reflexão sobre a educação no país. Com o final da ditadura de Getúlio Vargas em 1945, o Brasil viveu a política da redemocratização. Nesse período, a educação de adultos tomou forma de uma campanha nacional de massa: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Foi a primeira iniciativa governamental para a EJA no Brasil, realizada pelo Ministério da Educação e Saúde, lançada em 1947, tendo como objetivo levar a “educação de base” a todas as pessoas iletradas brasileiras nas áreas urbanas e rurais.

Ainda na década de 1950, surgiram fortes críticas à campanha educativa de jovens e adultos, por causa do caráter superficial de aprendizado dos alunos, do seu reduzido período e da inadequação do método para a população jovem e adulta. O método era aplicado de forma igual nas diversas regiões do país. Em razão de a campanha não ter alcançado sucesso em diferentes regiões do país, principalmente na zona rural, foi extinta logo depois.

No final da década de 1950, em razão das severas críticas à campanha de 1947 que se expandiu por todo o país, surgiram novas reflexões sobre o problema do analfabetismo, consolidando-se um novo modelo pedagógico, no qual a referência principal foi o educador pernambucano Paulo Freire.

Segundo Ribeiro (2011), a proposta de Freire era inserir uma ação educativa que não rejeitasse a cultura dos jovens e adultos, mas que eles fossem se transformando por meio do diálogo para uma participação na sociedade, considerando a realidade, os conhecimentos empíricos, as experiências e a cultura dos trabalhadores.

Nessa mesma linha de pensamento, Gadotti e Romão (2011, p. 22) afirmam que “são tão importante para a formação dos grupos populares certos conteúdos que o educador lhes deve ensinar, quanto à análise que eles façam de sua realidade concreta”.

Assim, o método proposto por Paulo Freire (1989) se configura em uma ação transformadora da sociedade, uma vez que leva ao educando analfabeto não só o conhecimento das letras e dos números e a capacidade de interpretar textos e palavras, mas também, e sobretudo, integra os sujeitos na sociedade, preocupando-se seriamente com a leitura crítica do mundo, não importando, inclusive, se o educando não faça, ainda, a leitura da palavra. Segundo Paulo Freire (2005, p.11), “a leitura de mundo precede a leitura da palavra”. O método freiriano é, portanto, um processo de prá-

tica da Educação Popular, a qual é entendida por Gadotti e Romão (2011, p. 36) como “profundo respeito pelo senso comum que trazem os setores populares em sua prática cotidiana, problematizando esse senso comum, tratando de descobrir a teoria presente na prática popular”.

No começo da década de 1960, por causa da influência do pensamento de Freire, foi aprovado então o Plano Nacional de Alfabetização, que difundia por todo o território brasileiro programas de alfabetização orientados na proposta de Paulo Freire.

Por volta da década de 1970, o governo criou a Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692/71, que reconheceu a educação de adultos como um direito à cidadania (BRASIL, 1971). E, em 1996, no Brasil, foi decretada uma nova LDB (nº 9.394/96), a qual vigora atualmente com a finalidade de garantir educação básica e de qualidade à população brasileira (BRASIL, 1996).

Para atender às necessidades de adaptação da proposta de ensino para a EJA, o Ministério da Educação veio, ao longo da década de 1990 e anos seguintes, estabelecendo as diretrizes curriculares para a EJA, as quais buscam garantir uma educação de qualidade aos discentes que considere a realidade sociocultural e suas peculiaridades. Nos dias atuais, a alfabetização de jovens e adultos não consiste em conhecer somente as palavras e os números, mas ensinar os analfabetos a lidar com ferramentas do cotidiano.

Prática e formação docente

A educação não deve proporcionar somente conhecimentos, mas formar o cidadão para o exercício da cidadania. A EJA confere, principalmente, a relevância dos conhecimentos de forma prática e significativa para dar oportunidade aos jovens e adultos de concluir seus estudos, bem como de proporcionar a garantia da oportunidade de uma formação escolar e profissionalizante com mais qualidade, ampliando a capacidade intelectual, afetiva, emocional e social no sentido de prepará-los para vida e também para o mercado de trabalho.

Desse modo, as Diretrizes Curriculares Nacionais (2010, p. 10) afirmam que a EJA

destina-se aos que se situam na faixa etária superior à considerada própria, no nível de conclusão do Ensino Fun-

damental e do Ensino Médio. [...] proporcionando-lhes oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos, exames, ações integradas e complementares entre si, estruturados em um projeto pedagógico próprio.

Cabe ao professor procurar se qualificar e habilitar-se especificamente para atuar e exercer a função de educador e facilitador da aprendizagem, pautar-se em uma prática pedagógica voltada para as necessidades dos educandos, um aprendizado fundamentado na realidade desses jovens e adultos.

Assim, o educado precisa dialogar sobre situações reais com o analfabeto, oferecendo meios pelos quais o discente possa ser alfabetizado. “Precisamos de uma pedagogia do diálogo com a qual pudéssemos vencer o antidiálogo” (FREIRE, 1979, p. 69).

Educação que mata o poder criador não só do educando, mas também do educador, na medida em que este se transforma em alguém que impõem ou, na melhor das hipóteses, num doador de “fórmulas” e “comunicados” recebidos passivamente pelos seus alunos (FREIRE, 2008, p. 96).

Por fim, Freire (2008, p. 100) ressalta que “a alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, somente ajustado pelo educador”.

Para essa concretização, os métodos de ensino devem sobrepujar os desafios metodológicos, conteudistas, de formação do corpo docente, dos recursos didáticos, das ferramentas de avaliação e das estratégias de aprendizagem.

De acordo com o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014, p. 71), é importante:

Institucionalizar programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

Em se tratando da qualidade da formação docente para atuar na EJA, “o que ocorre é uma crescente distorção dos cursos de formação de professores. São muitos os desafios, o que torna a prática de ensinar cada vez mais complexa” (GATII, 1997, p. 21).

A concepção contemporânea de educador exige uma formação continuada, exigindo também uma sólida formação, e uma prática pedagógica crítica e consciente, que transforme os saberes contextuais trazidos pelos alunos em saberes escolares, valorizando as experiências cotidianas dos educandos.

É nessa perspectiva que Freire e Faundez (2002) alerta para a importância da promoção de uma “consciência ingênua”, vinda dos conhecimentos do senso comum que são fundamentados nas experiências e vivências do dia a dia dos alunos, para a promoção de uma “consciência crítica”, vinda dos saberes científicos em que o sujeito toma consciência de seu papel na sociedade.

A EJA no contexto social contempla o desenvolvimento do homem em sua vivência, almejando tornar o aluno capaz de interagir, atuar e desenvolver-se de forma cognitiva, intelectual, social, afetiva, emocional, política e, sobretudo, educacional. Para esse fim, a EJA necessita da implantação de políticas públicas que realmente se comprometam com os aspectos que possibilitem o pleno desenvolvimento e a atuação dos alunos de diferentes classes sociais e etnias.

O processo de ensino da EJA deve ser abordado de forma diferenciada, levando em conta toda a história de vida dos estudantes, conferindo-os significado às suas práticas diárias, pois não se trata de quaisquer jovens e adultos, e sim de uma classe com características próprias de uma trajetória de ensino e aprendizagem que cada um conseguiu construir.

Dessa forma, Antunes, Stobâus e Mosquera (2008, p. 2) afirmam que:

A EJA é espaço educativo diferenciado pelas particularidades de seus alunos. Uma realidade em que torna imprescindível a utilização de modelos de ensino atual em diversas contextualizações, bem como renovados modelos pedagógicos transpostos em práticas distintas e efetivas, em suas reais considerações. Acreditamos ser a EJA um momento pedagógico de representação social, situação ímpar de aprendizado pelas inter-relações heterogêneas que são estabelecidas entre todos seus atuantes, pois possibilita a cada educando um espaço democrático de conhecimento,

de auxílio de vivências possíveis nas conturbadas discriminações sociais, objetivando um projeto de sociedade menos desigual.

Contudo, a alfabetização é um processo que enfoca não somente a teoria, mas também a prática das competências que dão respostas aos questionamentos e sentido ao pleno desenvolvimento do processo educativo e de mudanças na forma de pensar.

No início da história da EJA, os indivíduos analfabetos eram vistos como pessoas com baixo nível de inteligência; nesse sentido, o pensamento com relação a esses alunos vinha marcado de preconceitos. Acreditava-se que os analfabetos era indivíduos que não tinham qualificação para atuar de forma produtiva como cidadãos e que não tinham a consciência de que eles poderiam adquirir conhecimento, atuar, decidir e contribuir para a mudança tanto em sua vida como na sociedade.

As práticas e métodos pedagógicos utilizados pelos professores eram acompanhados de autoritarismo, repetições de palavras soltas e sem sentido para a realidade desses alunos. O conhecimento prévio dos alunos não era considerado e os recursos didáticos eram associados a vivências e práticas infantis.

Decorrente dessa prática, encontramos muitos jovens e adultos que aprenderam a assinar seu nome, escrever algumas letras e palavras soltas que não contribuem e não acrescentam conhecimento algum relacionado às práticas sociais necessárias a vida desses alunos. Na realidade, a educação deve contribuir para o preparo, a transformação e a plena atuação do indivíduo, pois o pensamento humano não é estático, mas está em processo de constante mudança, assim como o mundo ao seu redor também sofre essas mudanças. Sendo assim, não se pode julgar esses alunos como seres incapazes e de pouca contribuição para a sociedade. De acordo com esse pensamento, Souza (2004, p. 139) afirma que:

Os saberes, construídos nos processos educativos (escolares ou não), podem contribuir de maneira significativa para ressocialização de adolescentes, jovens, crianças e adultos que participam de organizações sociais ou que iniciem sua escolarização ou a retomem. A ressocialização, enquanto processo de reconhecimento e reinvenção permanentes, garante a educação ao longo de toda vida, isto é, a luta pela construção da humanidade do ser humano.

Nessa etapa de ressocialização, é dada ao aluno a oportunidade de confrontar-se com a sua realidade cultural, e a recongnição é o processo oferecido para que haja reflexão e mudanças na forma de pensar, agir e assimilar as coisas. De acordo com Gadotti (2003, p. 109):

[...] para superar o preconceito que cerca o analfabeto, as políticas de alfabetização devem reconhecê-lo como cidadão participante da sociedade, produtor de cultura e que, por sua condição de classe, sexo, raça e portador de deficiência, tem sido privados do direito à aquisição dos códigos de leitura e da escrita e de conhecimentos que ampliam suas possibilidades de participação e transformação social.

Atuar na EJA é entender que não se deve apropriar-se das práticas e experiências infantis para aplicá-las na alfabetização de jovens e adultos. Dessa forma, não se alcançará êxito no processo de ensino e aprendizagem desses alunos, Ainda, o analfabetismo não deve ser visto como um problema dos alunos, sendo os únicos culpados de seu estado de atraso no processo educacional em relação aos demais alunos que estão cursando a série na idade certa, e sim que é um direito dos alunos também alcançarem suas realizações e sentirem-se valorizados e parte atuante no meio em que vivem.

Segundo a LDB nº 9.394/1996,

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento (BRASIL, 1996, s/p).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (Resolução CNE/CEB nº 1/2000) anunciam o que devem ser observadas na oferta e estrutura dos componentes curriculares dessa modalidade de ensino:

Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio (BRASIL, 2000, p. 4).

As diretrizes nacionais são referenciais que estabelecem e norteiam os sistemas de ensino e são de suma importância para a reflexão sobre o seu papel para a EJA.

Repensando o contexto histórico da educação brasileira, é necessário que o comprometimento do educador não se restrinja à esfera da lei, e sim que sua atuação possa conferir significado ao ensino e ao exercício da cidadania dos alunos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA destacam que ela, enquanto modalidade da educação básica, deve considerar o perfil dos alfabetizando ao propor um modelo pedagógico que assegure a equidade no que se refere à distribuição específica dos componentes curriculares (BRASIL, 2000).

Portanto, a organização do trabalho pedagógico deve respeitar o conhecimento que os alunos adquiriram ao longo de sua vivência e também na prática do trabalho que constitui sua bagagem de vida. Devem ser considerados também a forma e o tempo da aprendizagem individual de cada estudante, prezando cada progresso e promovendo a autoestima.

Resultados e discussão

Tendo em vista o objetivo central dessa investigação, que foi refletir sobre a importância da formação e prática do docente da EJA, uma vez que é uma modalidade diferenciada de ensino que possui particularidades próprias, serão analisadas as respostas obtidas por meio da aplicação dos questionários aos professores da EJA. Participaram da amostra cinco professores de cada escola, entretanto, desse total, selecionaram-se apenas três de uma escola e dois da outra para interpretação e discussão dos dados.

Os sujeitos analisados desta pesquisa foram cinco professores com formação acadêmica em Pedagogia, sendo três de escola pública (Quadro 1) e dois de escola privada (Quadro 2). Com o intuito de preservar a identidade desses professores, eles foram denominados de P1, P2, P3, P4 e P5. Já as escolas foram identificadas como A e B. Os professores tinham idades entre 27 e 47 anos. As experiências dos docentes estavam entre 2 e 16 anos.

Quadro 1 – Perfil dos participantes da pesquisa da escola A.

Participantes	Gênero	Idade	Tempo de atuação
P1	Feminino	39 anos	2 anos
P2	Feminino	38 anos	3 anos
P3	Feminino	47 anos	16 anos

Fonte: elaborado pelos autores.

Quadro 2 – Perfil dos participantes da pesquisa da escola B.

Participantes	Gênero	Idade	Tempo de atuação
P4	Feminino	34 anos	5 anos
P5	Masculino	27 anos	4 anos

Fonte: elaborado pelos autores.

Com base nas respostas dos participantes da pesquisa, chegamos a três categorias temáticas, as quais se apresentam separadas com o intuito de apresentar o trabalho de forma didática, porém elas possuem uma relação entre si e não podem ser vistas de forma dissociada. Buscamos interligá-las à abordagem teórica deste estudo, pois entende-se que ela traz luz para a compreensão do que os professores disseram. As respostas dos participantes foram transcritas na íntegra. As categorias são: concepções de alfabetização de jovens e adultos; formação específica para atuar na modalidade da EJA; e estratégias de alfabetização utilizadas em sala de aula.

Concepções de alfabetização de jovens e adultos

De acordo com o pensamento de Antunes, Stobãus e Mosquera (2008), a EJA é um espaço educativo diferenciado em que o aprendizado acontece visando ao desenvolvimento do educando no âmbito cognitivo,

cultural, social e político, contribuindo para uma sociedade menos desigual na qual aconteçam a troca e a formação de novos conhecimentos, de forma que venha conferir significado a realidade de vida do alfabetizando.

Os educandos da EJA possuem especificidades próprias. Muitos desejam retomar seus estudos e outros desejam ser alfabetizado – um direito estabelecido por lei –, mas sempre em busca de melhores condições de vida, o que percebem obter somente por meio da educação, desenvolvendo conhecimento e habilidades necessárias para a aprendizagem da leitura e da escrita, a construção e coordenação do raciocínio e a forma crítica do pensamento atuante e transformador do meio em que vivem.

Com relação à primeira categoria, pôde-se constatar que os professores, de um modo geral, mesmo não tendo nenhuma formação específica, transmitem em sua escrita uma definição que se aproxima do conhecimento sobre o que deve ser a proposta pedagógica da EJA, pois esses docentes tiveram contato com essa modalidade de ensino no curso de Pedagogia.

Ao analisarmos os relatos dos professores, verificamos que há concordância entre eles, pois trazem em suas respostas componentes que definem o sentido da EJA e sua concepção de alfabetização, conforme as afirmações a seguir: “Oportunidade para os que não desenvolveram habilidades de leitura e escrita na idade própria de continuar seus estudos” (P1); “É uma modalidade de ensino que trabalha com estudantes fora de faixa idade/série, alunos que não concluíram os seus estudos na idade certa por vários motivos” (P2); “O direito de todo cidadão de conhecer, utilizar e vivenciar sua língua materna” (P3); “É uma modalidade que necessita de um diferencial no processo de ensino-aprendizagem” (P4); “É uma oportunidade de valorizar o conhecimento, e não desprezá-lo” (P5).

Por meio das falas das professoras (P1 e P2), infere-se que as docentes entendem que o papel da EJA é oportunizar acesso àqueles que não tiveram oportunidade no tempo certo. Como aponta a Lei nº 9.394/1996, “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida” (BRASIL, 1996, s/p).

Diante disso, a educação pedagógica desses estudantes apresenta alguns desafios para esses educadores, pois os professores precisam se reinventar didaticamente, no sentido de preparar esses alunos para sua

inserção social; logo, na ótica de Ribeiro (2011), busca-se a quebra do sentimento de marginalização desse público, por causa das suas frustrações educacionais anteriores que influenciam seu desenvolvimento durante o processo de aprendizagem.

Sendo assim, essa modalidade permite que os aspectos cognitivos, afetivos e sociais sejam restabelecidos por meio do comprometimento dos educadores e educandos, em que o docente é o mediador para esse processo ao garantir uma aprendizagem significativa (GADOTTI; ROMÃO, 2011).

Formação específica para atuar na modalidade da EJA

Uma formação específica e continuada é de suma importância, pois contribui para uma melhor atuação do docente em sala de aula, possibilitando uma reflexão sobre sua prática e ajudando-o a compreender muitas das complexidades que essa modalidade tem. Nesta categoria, trouxemos as narrativas dos professores com relação à sua formação para atuar na EJA: “Possuo Pedagogia e não possuo nenhuma formação específica” (P1); “Possuo Pedagogia e não possuo nenhuma formação específica” (P2); “Possuo Pedagogia, pós-graduação em Formação de Professores, curso de extensão e participo de formação continuada” (P3); “Possuo graduação em Pedagogia e pós-graduação em Psicopedagogia e não possuo nenhuma formação específica” (P4); “Possuo formação em Língua Portuguesa e Inglesa, pós-graduação em Linguística” (P5).

Concernente às informações fornecidas pelos educadores, pode-se dizer que eles não possuem uma formação específica, mas ela constitui uma necessidade para o bom desempenho da prática educativa na EJA.

Nessa perspectiva, Moura (1999, p. 134) aponta que “a formação contínua dos alfabetizadores, possibilitando-lhes uma base teórico-prática consistente, aliada à sua valorização profissional, permitirá que possam desenvolver práticas alfabetizadoras de qualidade”.

Desse modo, uma formação continuada e específica para essa modalidade deve ser concretizada pelos docentes que atuam nesse seguimento. Além disso, Gatti (1997) exprime que essa formação deve ser contínua, pois existem fenômenos que acontecem no cotidiano da sala de aula que devem ser elementos essenciais para a flexibilidade do currículo, devendo ter um professor mediador com habilidade e capacidade de promover o conhecimento por meio de problemáticas existentes no ambiente escolar.

Estratégias de alfabetização utilizadas em sala de aula

Ao analisarmos as respostas do questionário sobre as estratégias de alfabetização utilizadas pelos professores, todos os docentes apresentaram opiniões muito parecidas, buscando valorizar a experiência de vida dos discentes, partindo de uma aprendizagem significativa, voltada para a realidade dos alunos: “Eu trabalho com temas geradores” (P1); “Eu utilizo a estratégia pedagógica de Paulo Freire” (P2); “Eu utilizo o método construtivismo e Paulo Freire” (P3); “Utilizo textos, jogos, dinâmicas e roda de discussão” (P4); “Enriqueço minhas aulas com músicas e textos para facilitar a compreensão dos educandos” (P5).

É fundamental ressaltar que os métodos e estratégias utilizados em sala de aula facilitam a aprendizagem dos alunos, conferindo significado ao processo educativo. Identificamos que todos os professores utilizam métodos que contribuem de forma significativa para a aprendizagem dos alunos e que se espelham na estratégia pedagógica de Paulo Freire, na qual se trabalha com palavras geradoras para a alfabetização. Tais palavras, segundo Paulo Freire, devem fazer parte do contexto social em que estão inseridos esses indivíduos. Ressalta-se também que o conhecimento de vida desses educandos deve ser respeitado e inserido no processo educativo, e que a troca de conhecimento deve contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica do aluno.

Para Freire (1971, p. 120), “a alfabetização de adultos, para que não seja puramente mecânico e memorizado, o que se há de fazer é proporcionar-lhes que se conscientizem para que se alfabetizem”.

Diante disso, a modalidade da EJA permite ao docente uma diversidade de ferramentas para conduzir uma aprendizagem significativa, as quais ajudam na apreensão do conhecimento. Gadotti (2003) descreve que não existe um padrão de prática pedagógica para essa modalidade, porém diversos mecanismos podem ser utilizados como estratégias para uma prática efetiva, que garanta um bom desenvolvimento durante o processo de aprendizagem.

Esses elementos variam de acordo com o perfil da turma, pois, diante de uma classe heterogênea, os discentes aprendem de forma variada, na prática ou na teoria. Desse modo, todas as formas de possibilitar a aprendizagem que façam parte da realidade desses estudantes são relevantes para essa modalidade.

Considerações finais

Diante dos resultados da pesquisa, o presente artigo buscou nos discursos dos professores a visão em relação à concepção de alfabetização de jovens e adultos, formação necessária para atuar nessa modalidade e estratégia de alfabetização que costumavam utilizar em sala de aula.

Os resultados alcançados revelam que a formação é extremamente importante, porém os sujeitos da pesquisa não possuem nenhuma formação específica para atender os alunos da EJA.

Entretanto, dos participantes da pesquisa, quatro deles tiveram uma disciplina no curso de Pedagogia que reflete sobre a EJA e sua especificidade – claro que de forma rápida, já que o curso se detém mais na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Somente um docente afirmou não possuir Pedagogia, e sim formação em Língua Portuguesa.

Percebemos que o grande desafio de ser educador consiste em buscar conhecimento inovando sua prática, qualificando-se para atender às demandas da realidade em que discente e docente estão inseridos. Faz-se necessário que instituição escolar, docentes, estudantes do curso de Pedagogia, governo, enfim, a sociedade civil como um todo reflita sobre a formação de educadores para atuar na educação básica, mais especificamente na modalidade da EJA, revendo políticas e práticas, buscando caminhos para melhorar e possibilitar uma educação de qualidade, que garanta o acesso a todos, sem distinção, visto que a atual LBD nº 9.394/96 cita que o sistema de ensino deve assegurar aos discentes jovens e adultos oportunidades educativas adequadas, além de um profissional de educação bem qualificado para atender os educandos da EJA, os quais carregam uma experiência de vida que não pode ser ignorada, uma história, um caminho percorrido que deve ser considerado pelo educador.

O presente estudo proporcionou contribuições para nossa formação acadêmica, de forma que possamos entender a importância desta pesquisa para nossa atuação profissional. A referida pesquisa ampliou nossa visão no que se trata de desenvolvimento de novas práticas educativas para a modalidade de EJA.

Ao realizar nossa pesquisa, encontramos algumas dificuldades com os docentes, pois alguns deles se recusavam a participar da pesquisa, tornando o interesse ainda maior sobre esse tema. Esta pesquisa deve ser

aprofundada em outra oportunidade, pois acreditamos ser de total relevância outros estudos voltados para uma reflexão sobre a importância da formação e prática pedagógica do docente da EJA.

Recebido em: 10/01/2019

Aprovado em: 20/12/2019

Notas

1 Mestranda em Ciências da Educação pela Christian Business School. Professora da Prefeitura do Jaboatão dos Guararapes/PE e da Prefeitura de Paulista/PE. E-mail: cassiasantos86@hotmail.com

2 Professor doutor da Faculdade Alpha. E-mail: alphadiogenes@gmail.com

3 Mestranda em Ciências da Educação pela Christian Business School. Professora da Prefeitura do Paulista/PE. E-mail: andreiasantiago.pedagoga@hotmail.com

4 Graduada em Licenciatura em Pedagogia. Atua no apoio pedagógico da Educação Inclusiva na Prefeitura do Paulista/PE. Email: adrianaferreirerdrlica@gmail

Referências

ANTUNES, Denise Dalpiaz; STOBÁUS, Claus Dieter; MOSQUERA, Juan José Mouriño. Educação de Jovens e Adultos: Relatos de professores e alunos e sua auto-imagem e auto-estima. *In*: ANPED-SUL, 7., 2008, Itajaí. **Anais...** Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOGDAN, Robert. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e ao método. Porto: Editora Porto, 1998. (Coleção Ciências da Educação).

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: [SANTOS, C.F.V.; COUTINHO, D.J.G.; RESENDE, A.S.; FERRER, A.V.
Formação e prática pedagógica do docente da Educação de Jovens e Adultos
Rev. Cienc. Educ., Americana, ano XXII, n. 46, p. 113-133, jan./jun. 2020](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm#:~:text=L5692&text=LEI%20No%205.692%2C%20DE%2011%20DE%20AGOSTO%20DE%201971.&text=Fixa%20Diretrizes%20e%20Bases%20para,graus%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=Art. Acesso em: 2 jan. 2019.</p></div><div data-bbox=)

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 2 jan. 2019.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2019.

BRASIL. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jul. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 2 jan. 2019.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. (Série Legislação, n. 193).

ESTRELA, Maria Teresa (org.). **Viver e construir a profissão docente**. Lisboa: Porto, 1997.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 9 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 158 p.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação** – um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 2003.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (org.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GATTI, Bernadetti. **A formação de professores e carreira**: problemas e movimentos de renovação. Campinas: Autores Associados, 1997.

MOURA, Tania Maria de Melo. **A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos**: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. Maceió: EDUFAL, 1999.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão (org.). **Educação para jovens e adultos**: ensino fundamental: proposta curricular - 1º segmento. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.

SOUZA, João Francisco de. **Uma pedagogia da revolução**: a contribuição do governo Arraes (1960-1964) à reinvenção da educação brasileira. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 2004.

THOMAS, Jerry; NELSON, Jack; SILVERMAN, Stephen. **Métodos de pesquisa em atividade física**. Tradução de Denise Regina de Sales e Márcia dos Santos Dornelles. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.